



GT 74. Religiões de matriz africana e seus modos de convivência: caboclos, orixás e outras entidades

Coordenador(es):

Miriam Cristina Marcilio Rabelo (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Clara Mariani Flaksman (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 1 - Tempos, Histórias e Registros

Debatedor/a: Miriam Cristina Marcilio Rabelo (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

Sessão 2 - Vínculos e obrigações

Debatedor/a: Clara Mariani Flaksman (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Sessão 3 - Modos de Convivência

Debatedor/a: Luciana Duccini (UFBA - Universidade Federal da Bahia)

A proposta deste Grupo de Trabalho é investigar os modos de se relacionar com e entre as entidades presentes nas diversas modalidades de religiões de matriz africana, tanto no Brasil quanto em outros países da diáspora africana. Assim, pretende dar ênfase não somente às análises das manifestações religiosas em si, mas aos estudos voltados para as formas como vínculos são aí construídos e mantidos. Tendo como questão chave o debate em torno das dimensões ético-políticas das formas de convivência cultivadas nessas religiões, o GT está aberto para trabalhos que tratem dos procedimentos e conceitos que participam dos processos de construção de vínculos, que discutam as diferentes temporalidades e espacialidades em jogo nesses processos e/ou explorem como os vínculos com as entidades são mobilizados e testados em situações de encontro com outras formas de prática.

"A jurema manda": sobre a convivência entre espíritos, entidades e pessoas na jurema de Recife, Pernambuco.

Autoria: Noshua Amoras de Moraes e Silva (UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Esta apresentação pretende explorar questões iniciais de meu work de campo com a jurema, tal qual praticada em Recife, Pernambuco. Modalidade religiosa ainda pouco descrita nos registros etnográficos, e com uma intensa variabilidade de definições entre seus praticantes, a jurema se caracteriza, a primeira vista, como um conjunto heterogêneo de rituais, espíritos e pessoas. Meu objetivo é tentar agrupar algumas dessas definições nativas que, através de sua heterogeneidade, enfatizam o lugar central dos índios e caboclos como criadores e principais entidades da jurema. Entende-se que no decorrer do tempo, se uniram a eles as demais qualidades de espíritos, como mestres e mestras, ciganas, pretos-velhos, exus e pomba-giras. Mais especificamente, se diz que estas entidades foram acolhidas para "trabalhar dentro da jurema". A entrada desses demais seres é normalmente interpretada pela bibliografia a partir de uma visada socio-histórica que teria como resultado uma síntese de agrupamento desses diferentes espíritos. Não obstante, o que as pessoas da jurema dizem, e principalmente o work ritual que operam, enfatiza uma gradação de forças entre as entidades, assim, o que tem mais força e antecedência ritual são os índios e caboclos e seus territórios: a jurema (sua árvore), as matas, as cidades onde habitam. Ou seja, se há uma visível abertura ao outro, isso não implica uma homogeneização das relações. A recorrente expressão "a jurema manda" indica que esse modo relacional se estende para além dos espíritos e entidades, incidindo na constituição dos corpos das



peças, na interação da jurema com o candomblé, na modalidade de seu transe, etc.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: